

APRESENTAÇÃO*

Este livro resulta das discussões realizadas na disciplina “Tópicos Especiais em Trabalho, Sociedade e Educação II: Reestruturação Produtiva e Educação” da linha de pesquisa “Trabalho, Sociedade e Educação” pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no primeiro semestre de 2021, em caráter remoto devido à pandemia Covid-19 sob minha responsabilidade. A disciplina teve como objetivo problematizar a relação trabalho e educação em seus aspectos ontológicos e históricos, as relações de produção no capitalismo e sua interface com a educação em um sentido amplo e a educação escolar no bojo da reestruturação produtiva, do avanço do Neoliberalismo e da Nova Gestão Pública, inaugurando uma nova fase de subordinação do trabalho às determinações do capital. Os artigos ora apresentados são concernentes aos trabalhos de final de curso apresentados pelos/as estudantes e trazem à luz as trajetórias formativas desses/as estudantes e sua interação com abordagem teórico-metodológica desenvolvida na disciplina e representam um esforço analítico significativo

Fabiane Santana Previtali é responsável pelo primeiro capítulo do livro, “A Centralidade do Trabalho: alguns apontamentos”, fruto da primeira aula do curso. Nele é problematizada a categoria trabalho tendo como referência obras de Marx, em particular os “Manuscritos Econômico-Filosóficos” de 1844 e no livro “O Capital”, livro 1. A abordagem é ainda fortemente influenciada pelas análises de Lukács e de Mézáros e, portanto, na perspectiva da centralidade do trabalho. São referências importantes para as argumentações e hipóteses, as análises de Ricardo Antunes, em especial na obra “Os Sentidos do Trabalho” (2000), o “Caracol e sua Concha” (2005) o mais recentemente publicado, “O Privilégio da Servidão” (2018), “Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV” (2019) e Coronavírus (2020). Boitempo Editorial.

O segundo capítulo é de Heber Júnio Pereira Brasão e Sérgio Paulo Morais e tem como título “Educação e Trabalho no Brasil: contradições existentes”. Tem como objetivo apresentar as contradições existentes na relação do trabalho e educação na sociedade brasileira. A relação entre educação e trabalho reflete as contradições factuais entre as classes sociais. O conhecimento, embora seja produzido socialmente, é apropriado pela classe que tem a propriedade dos meios materiais e intelectuais, o que significa que esse saber, ao ser elaborado, traduz a concepção dessa classe social e que conseqüentemente será utilizado em seu próprio benefício. A relação entre educação e trabalho está relacionada à oposição entre dominantes e dominados, burguesia e proletariado, o que acabou levando a um processo de alienação, gerando uma nova morfologia do trabalho, bem como

*DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.7-14

o adocimento da classe trabalhadora, muitas vezes impulsionado pela revolução tecnológica, e não podendo negar o fato da ligação entre os processos educacionais e os processos sociais. Serão utilizados textos de autores como István Mészáros em sua obra “Educação para Além do Capital”; Ricardo Antunes em suas obras “O Privilégio da Servidão, “Os Sentidos do Trabalho”, Karl Marx em suas obras “O Capital” e “Manuscritos Econômicos e Filosóficos” dentre outros.

O terceiro capítulo, “Subjetividade Capitalista e suas Relações com a Educação e o Trabalho” é de Willian Santos de Souza e Antonio Bosco de Lima e tem por objetivo analisar o sistema capitalista enquanto dialética de constantes construções e desconstruções. Isto ocorre principalmente por ser um sistema econômico baseado na propriedade privada, nos meios de produção e possuir como finalidade a acumulação (desenfreada), ou seja, ao passo que a sociedade evolui, o capitalismo precisa se reinventar para continuar mantendo válidos os seus princípios norteadores. Neste contexto, é salutar o estudo das inter-relações entre o capitalismo, a criação da subjetividade do homem e da mulher e as influências no mundo do trabalho e educação. A questão central que nos assombra é sobre como é possível vivermos um sistema tão destrutivo ao homem na atualidade, já que, em tese, o sistema social deveria estar em nível avançado de desenvolvimento e não permitir altas taxas de desempregos, suicídios, destruição ao meio ambiente, assim como as diversas formas de miséria espalhadas por todo o mundo. Para se compreender estas questões no atual momento complexo em que vivemos, serão brevemente expostas algumas das principais ferramentas usadas pelos capitalistas, suas intenções e relações com o trabalhador e educação. Neste sentido, Ricardo Antunes (ANTUNES, 2018) em sua obra o privilégio da servidão explica que nas últimas décadas os capitalistas têm imposto a trípole destrutiva ao trabalho que é a terceirização, a informalidade e a flexibilidade.

O quarto capítulo é de Camila Siqueira Fernandes Reis e Fabiane Santana Previtali e tem como título “Educação Escolar, Reforma do Ensino Médio: o caminho da (des)humanização”. A autora problematiza a relação trabalho e educação, por serem duas categorias fundantes do ser social, e a partir do materialismo histórico-dialético, centralmente discutindo-se textos dos autores Marx e Saviani. Durante a escrita foram contemplados pontos ontológicos e sociais do trabalho, passando pelas relações existentes entre trabalho e educação como aspectos essenciais para a vida humana. Em seguida, são consideradas a institucionalização da educação e as teorias educacionais relacionadas ao capitalismo. Por último, discorre-se sobre a educação tecnicista e a reforma do Ensino Médio no Brasil, bem como suas discordâncias em relação à educação Politécnica.

Leandro Luiz de Araujo, Adriana Cristina Omena Santos e Eduardo Brandão Lima Junior são os autores no quinto capítulo, cujo título é “O Processo Educativo e os Modelos de Organização Fabril: impactos do capitalismo no ensino” o qual apresenta um recorte entre a educação e sua estreita relação com o trabalho e

as premissas que movimentam o capital. Tem como objetivo principal debater e refletir como os ideais e anseios do capitalismo influenciaram no processo educativo, por meio da educação dualista e segmentada por classes sociais. O artigo também discute sobre o impacto causado na educação pela inserção dos modelos de organização fabril nas práticas pedagógicas e pelos interesses do neoliberalismo na privatização do ensino. Para esse fim, realiza uma intercontextualização do debate presente no livro “A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista” de Antunes e Pinto (2017) com as leituras de Frigotto (1996), Antunes (2000), Hill (2003), Saviani (2007), Enguita (2008), Mészáros (2010), entre outros autores que discutem os impactos do capital na educação. Por fim, reflete a importância do despertar da consciência em relação ao papel social desenvolvido por membro da sociedade, que servirá de mola propulsora para possíveis mudanças a partir da articulação e envolvimento de todos.

O sexto capítulo, “Educação e Trabalho no Brasil: uma abordagem histórica” é de autoria de Ezequiel de Araújo Martins e Antonio Bosco de Lima discute a relação trabalho e educação sob o materialismo histórico-dialético buscando apreender suas especificidades desde Brasil Império, tendo como foco as transformações na educação brasileira sob a intensificação do processo de industrialização. É apontado neste trabalho a reestruturação capitalista ocorrida a partir da crise econômica de 1970, sendo ressaltadas às mudanças ocorridas como a ascensão do Modelo de Acumulação Flexível, como a precarização do trabalho, a expansão do setor de serviços, a financeirização da economia, e a desestruturação das políticas de seguridade social. Por fim, analiso o crescimento da ideologia neoliberal no Brasil nas últimas décadas, e a expansão das propostas de privatização da educação e suas consequências.

Rogério da Silva Marques e Fabiane Santana Previtali, no sétimo capítulo desta obra, “Educação, Pandemia e Precarização da Classe Trabalhadora”, analisam, a partir das contribuições dos textos propostos na disciplina, em especial as contribuições de Previtali e Fagiani (2015), Antunes (2009) e Braverman (1981), o fenômeno da flexibilização do trabalho que intensifica o sobretrabalho, na medida que reduz postos de trabalho, reduz trabalho vivo amplia o trabalho morto, conduzindo à maior extração da mais-valia, via incremento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na educação, em especial pprecarização do trabalho docente na pandemia.

Gabriel do Couto Almeida e Fabiane Santana Previtali, no oitavo capítulo do livro, “O Processo de Terceirização dos Serviços na Universidade Federal de Uberlândia entre 2016 e 2021: um golpe contra os(as) servidores(as) Técnico-Administrativos em Educação”, analisam as consequências do processo de terceirização dos serviços nas instituições federais de ensino superior, a partir da análise específica da Universidade Federal de Uberlândia, tendo como recorte temporal o início do governo do presidente Michel Temer (2016-2018) até 2021. A

metodologia utilizada é a revisão de literatura, análise de documentos oficiais e dados estatísticos fornecidos pelo Portal Transparência do Governo Federal e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), além de relatórios divulgados nas páginas institucionais da Universidade Federal de Uberlândia. Os resultados apontam para um projeto de fortalecimento da concepção de um Estado Gerencial que tem como propósito ampliar as possibilidades de substituição de servidoras e servidores com vínculo estatutário nas instituições públicas de ensino superior por trabalhadoras e trabalhadores contratos por meio de contrato privado, ou seja, regidos pela legislação do setor privado. Os efeitos desse processo são significativos para os trabalhadores: a precarização do ambiente de trabalho, a deterioração da qualidade de serviço, a disseminação da lógica empresarial no setor público, as dificuldades de construção de resistência coletiva e o fim do funcionário público concursado.

No nono, cujo título é “A Classe-Idosa-Que-Vive-Do-Trabalho em Tempos de Pandemia: reflexões sobre trabalho e educação”, as autoras Laila Maria Medeiros Tavares e Fabiane Santana Previtali buscam compreender o que leva os idosos a permanecerem trabalhando após a aposentadoria, tendo em vista o atual cenário da pandemia mundial de COVID-19. A partir da análise de dados e da bibliografia pertinente ao curso, pretende-se traçar a relação entre mundo do trabalho e educação no modo de produção capitalista, a partir, mais especificamente, da reestruturação produtiva do capital a partir dos anos 1970, analisando os principais desdobramentos das eras taylorista-fordista e toyotista de produção na formação educacional dos trabalhadores e discutindo os atuais impactos de cada um desses tipos de formação na qualificação da classe-idosa-que-vive-do-trabalho.

Ana Paula de Castro Sousa e Fabiane Santana Previtali são autoras do décimo capítulo do livro, “Qualificação, um Conceito em Mudança: que pensa Braverman?” no qual analisa o conceito de qualificação na obra “Trabalho e Capital Monopolista”, de Harry Braverman. Para a autora, duas tendências podem ser visualizadas acerca do fenômeno da qualificação: a primeira, que a classificação ocupacional dos trabalhadores não condiz com a qualificação destes e a segunda, que a teoria da “superiorização” diz respeito ao aumento do período médio de instrução, escolarização e visa diminuir o desemprego. A relação entre educação e conteúdo funcional constata o pouco que é feito com fins a uma preparação para o trabalho. O conceito de qualificação ligado ao domínio do ofício, conhecimento de todo o processo de produção e habilidades manuais exigidas para o desempenho de determinado ramo da produção foi destruído. Surgindo um modo para o domínio do processo de trabalho a ser feito com um conhecimento científico, técnico e de engenharia de trabalho. Desse modo, Harry Braverman desvela o falso conceito de qualificação, exigência do sistema capitalista de produção.

O décimo primeiro capítulo pertence a Marco de Almeida e tem como título “O Trabalho e a Educação na Perspectiva da Nova Ordem Capitalista: uma revisão

sobre a inovação, qualificação e precarização do trabalho”. O objetivo tem por objetivo refletir sobre o trabalho e a educação sob a perspectiva da nova ordem capitalista, lançando mão de uma revisão bibliográfica concernente à inovação técnica, à qualificação e à precarização do trabalho. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, baseada em autores como Marx (2011), Saviani (2007) e Mészáros (2010). Os resultados são ainda parciais e apontam um abismo entre a necessidade de inovação do mercado e precarização do trabalho. O mercado exige cada vez mais pessoas com diversificadas formações e aptas a lidar com anseios de inovação constante. Nada obstante, a demanda por profissionais mais qualificados encontra óbice no fenômeno atual da precarização do trabalho. Desse modo, estudos mais acurados deverão de ser realizados no sentido de se melhor apreender o aparente paradoxo inserto no capitalismo envolvendo de um lado o recrudescimento da demanda por profissionais mais aptos e de outro a deterioração do trabalho.

No décimo segundo capítulo, “Caminhos Neoliberais para a (des)Construção da Educação Básica Pública”, Carolina R. de Almeida e Fabiane Santana Previtali abordam as ideias neoliberais, implementadas a partir da crise de 70, difundidas pelos economistas conservadores da Universidade de Chicago. O texto expõe como organismos internacionais multilaterais, como FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), influenciam ideologicamente países da América Latina, principalmente no cenário educacional. Posteriormente o texto descreve como a implementação de vouchers na educação básica pública, que é uma das propostas defendidas por grupos neoliberais, pode contribuir para o aumento da concentração de renda e para a financeirização da educação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada, sobretudo em Frigotto (2010), Freitas (2018), Hill (2003), Saviani (2007), Previtali e Fagiani (2015). No entanto, o neoliberalismo é um tema amplo, que necessita de contínua análise e reflexão acerca dos impactos e das repercussões para a educação.

Em “Educação e Trabalho no Brasil: História da Educação Profissional do Brasil”, décimo terceiro capítulo dessa coletânea, Rosaine Aparecida Silva Oliveira e Robson Luiz de França bordam a história da Educação Profissional no Brasil, demonstrando seus vários e diferentes estágios, desde o Brasil Império, chegando até os dias atuais, as mudanças vivenciadas por essa modalidade educacional no Brasil. A autora destaca que, durante o Império, a força de trabalho somente se concentrava nas associações tidas como filantrópicas e havia uma preocupação do então Império de que a busca grandiosa de trabalhadores de vários locais, tinha uma intenção principal de tirar as crianças e adolescentes da rua, para que não se transformassem em pessoas ociosas, podendo ainda se tornar um bandido futuramente.

No décimo quarto capítulo, “Notas Introdutórias sobre Educação e Trabalho no Brasil”, Lorraine Possamai Salvador Azevedo e Fabiane Santana Previtali consideram as categorias trabalho e trabalho alienado como centrais para a compreensão da realidade na teoria marxista, lançando luzes sobre o ensino remoto durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. A autora delinea o cenário atual do mundo do trabalho e as demandas do capital para a educação e conclui que o ensino remoto durante a pandemia foi uma experiência bem-sucedida para a valorização do capital em detrimento da qualidade da educação que interessa à classe trabalhadora.

Augusto César Vilela Gama Tadeu e João Ribeiro Baptista são autores do décimo quinto capítulo, cujo título é “A Precarização do Trabalho Docente: um estudo de caso” e tem como objetivo analisar a partir da teoria marxiana e do método materialismo histórico-dialético, as mudanças no trabalho docente, valendo-se de dados pessoais e profissionais compartilhados voluntariamente por um(a) Professor(a) do estado de Goiás e autorizados a comporem pesquisas científicas mediante anuição em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O décimo sexto capítulo, “Trabalho e Educação em Casa: um processo de aceitação?” é de autoria de Sthéfany Araújo Melo e Robson Luiz de França. Os autores consideram que em virtude da pandemia iniciada em 2019 pelo Coronavírus (Covid-19), o mundo se viu impelido a permanecer em isolamento social por um longo período, a fim de evitar aglomerações e consequente disseminação do vírus. Nessa época, foram necessárias alternativas que permitissem à sociedade a continuidade de suas atividades no âmbito residencial; para isso, o trabalho e a educação foram liberados a serem realizados remotamente. O artigo fez parte ainda da pesquisa para tese de Doutorado em Educação, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e objetivou reunir as concepções de trabalho em casa, a partir de preceitos de Prost e Vincent (2009), e de educação em casa, permeando as ideias de Ensino Remoto Emergencial (ERE), Educação a Distância (EAD) e Educação Domiciliar. Apoiados em uma pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho almejou problematizar a nova perspectiva do lar, enquanto ambiente de trabalho e de estudo, que, em tempos passados, foi bastante comum, assim como novamente se tornou em razão da Covid-19, caracterizando-se como um efeito bumerangue.

Vinícius Anderson Guimarães e Mario Borges Netto são autores de “A Educação e a Constituição dos Trabalhadores de Plataformas Digitais”, décimo sétimo capítulo do livro e que tem por objetivo problematizar a reestruturação produtiva do capital e a reconfiguração da formação do trabalhador têm gerado novas categorias de trabalhadores pertencentes à grande e heterogênea classe-que-vive-do-trabalho. O teletrabalho, mediado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e plataformas digitais, corresponde a um recente estágio da exploração do trabalho na era da Quarta Revolução Industrial, mascarada pela

ideologia do não trabalho, numa ilusória autonomia do infoproletariado. De fato, o que se percebe é um processo de desassalariamento, precarização das condições e direitos laborais e surgimento de novas formas de sujeição e exploração do trabalho, simultaneamente a uma maior exigência de qualificação e escolarização do trabalhador. Nesse contexto, a escola assume preponderância, vez que, por um lado, reproduz as condições propícias para a manutenção da sociedade burguesa, por meio do modelo dual de educação e, por outro lado, a escola se configura em palco de fomento à ruptura da subjetividade conformista, na perspectiva da luta de classes. É através da educação que podem ser transformadas as condições objetivas de reprodução e estimuladas as condições para automudança consciente dos trabalhadores convocados a fundar uma nova ordem social metabólica definitivamente oposta à perpetrada pela lógica do capital.

No décimo oitavo capítulo, “As Políticas de Avaliação Externa e o Processo de Estranhamento do Trabalho Docente”, Mayara Duarte Pelegrini e Maria Simone Ferraz Pereira analisam como a política de avaliação externa tem se constituído como uma possibilidade de imprimir uma lógica de controle e responsabilização nas escolas, professores e alunos, em que, por meio de uma verticalização das normas e formas de organização da escola e da própria prática docente, passam a ser orientados de fora para dentro da sala de aula, tendo retirada a autonomia dos professores sobre a seu trabalho, contribuindo assim, para um processo de estranhamento do mesmo diante do seu fazer, no qual ele não mais se vê e não controla os processos, métodos e conteúdos. O capítulo é composto por três sessões, sendo elas: o Estado neoliberal e a educação, que explana sobre o contexto político-econômico do neoliberalismo e como este influencia na forma como a educação é pensada; a segunda é a escola e o papel da avaliação externa dentro desta lógica, na qual busco compreender como a avaliação externa, da maneira como ela se dá dentro desse contexto, afeta a dinâmica da escola e a organização do trabalho do professor; e por fim, o trabalho docente estranhado, que sinalizo como os mecanismos instituídos pelas avaliações externas, contribuem para um processo de alienação do trabalho docente.

O décimo nono capítulo é de autoria de Maiara Sobral Silva, Quenízia Vieira Lopes e Adriana Cristina Omena dos Santos e tem como título “Novos Caminhos: as implicações e os desdobramentos do Programa Educacional implantado pelo governo de Jair Bolsonaro em 2019”. As autoras apresentam um breve olhar sobre o Programa Novos Caminhos, lançado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, em 8 de outubro de 2019, com o objetivo de fortalecer a política de Educação Profissional e Tecnológica, apoiando às instituições de ensino no planejamento da oferta de formação em consonância com as necessidades do setor produtivo e incorporando as inovações tecnológicas. A análise, parte de levantamento documental e aponta implicações e desdobramentos dos três eixos: Gestão e Resultados; Articulação e Fortalecimento; Inovação e Empreendedorismo,

sob a ótica de Antunes (2018), Mézszaros (2008), Saviani (2007), Previtali e Fagiani (2015) e Freitas (2016). Os resultados preliminares sugerem que a iniciativa busca atender às demandas da nova ordem de acumulação capitalista, visto que os três eixos são focados no mercado e não no sujeito.

Em “Educação e Trabalho no Brasil: mercado de trabalho e o (des)emprego qualificado”, vigésimo capítulo do livro, o autor Eduardo Brandão Lima Junior, Adriana Cristina Omena Santos e Leandro Luiz de Araújo discutem a relação entre trabalho e educação no Brasil examinando o fato da deterioração do funcionamento do mercado de trabalho, em oposição a sua crise e o como se relaciona ao desemprego atualmente visto no país. Também busca responder o motivo do desemprego da força de trabalho qualificada e as políticas de incentivo ao ensino técnico. Por fim, problematiza a relação trabalho e educação na nova ordem capitalista, tendo como base o fortalecimento da qualificação técnica, o funcionamento do desemprego da força de trabalho qualificado e a questão da desigualdade social no mercado de trabalho.

O último capítulo do livro é de autoria de Leandro Ferraz Pereira e Carlos Henrique de Carvalho e tem como título “O Piso Salarial Profissional Nacional e o Plano de Carreira da Educação Básica”. Segundo o autor, o ensino público de base, fundamental e médio, vem ocupando lugar de destaque no cenário político nacional há anos e, historicamente, o ensino médio é discutido quanto à sua função social marcada pela dicotomia entre formação integral do ser humano e formação para o mercado de trabalho. Uma pauta de luta da categoria dos profissionais da Educação no Brasil marcada pela precariedade é a sua valorização integral. Uma das formas de valorização da atividade docente e dos demais profissionais da educação seria a criação de um piso salarial. Regulamentado pela Lei Federal nº 11.738, sancionada em 16 de julho de 2008, o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) ou Lei do Piso não significou, entretanto, a solução definitiva no que diz respeito ao rendimento pecuniário básico e ao plano de carreira para os profissionais da Educação Básica do Brasil e, conseqüentemente, Minas Gerais. Como afirma a professora Dr^a. Vera Lúcia F. A. de Brito, da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), em sua pesquisa sobre as políticas educacionais e a situação dos profissionais da educação do estado, “as políticas educacionais traduzem, sempre, um campo de lutas com prioridades e valores diversos” (BRITO, 2012). A partir de sua decretação muitos embates foram travados entre os Legislativos (Federal, Estadual e Municipal) e os sindicatos representantes da categoria em questão.

Esperamos que esse livro possa contribuir com o debate acerca do tema trabalho e educação numa perspectiva crítica e humanitária.

Uberlândia, junho de 2022.
A organizadora